

Sumário

Prefácio	7
PAULO IOTTI	
Apresentação da obra	21
SAMANTHA DUFNER	
Abreviaturas	25

PARTE GERAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO NO RECORTE DA DIVERSIDADE DE GÊNEROS E SEXUALIDADES	37
1.1. O que é direito antidiscriminatório?	37
1.1.1. Fundamentos sociais, políticos e jurídicos da discriminação	39
1.1.2. Intersecção da Antropologia, Sociologia e Filosofia para recortes de gêneros e diversidade sexual	42
1.2. A colonização e a necropolítica em desfavor dos vulneráveis	43
1.2.1. A crise colonial das democracias pós-modernas	44
1.2.2. A ascensão da política da extrema direita no mundo	44
1.3. O princípio da igualdade que assegura o direito à diferença	46
1.4. A hermenêutica do oprimido	47
1.5. Direito constitucional contemporâneo	49
1.6. Proibição da discriminação por orientação sexual nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos	51
1.7. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	53
1.8. O Estado laico e a quebra da laicidade	57

CAPÍTULO 2 – GRUPOS VULNERABILIZADOS E SUAS INTERSECCIONALIDADES.....	59
2.1. Diversidade LGBTI+: evolução da sigla.....	59
2.1.1. A Revolta de Stonewall (1969) e o Dia do Orgulho (Pride)	61
2.1.2. Sexualidade é prazer	65
2.1.3. Casos do Tribunal Administrativo de Dresden (Alemanha)	66
2.1.3.1. Estado pode hastear Bandeira LGBT em prédio público.....	66
2.1.3.2. Não reconhecimento de dupla maternidade	67
2.2. A Agenda 2030 da ONU e os ODS.....	68
2.3. Mulheres, meninas, patriarcado e estereótipos.....	71
2.3.1. As religiões regrando corpos e comportamentos de meninas e mulheres.....	74
2.4. Interseccionalidades ou marcadores sociais das vulnerabilidades....	77
2.4.1. Caso Atala Riff e crianças x Chile: CIDH	78
2.5. Outras minorias e interseccionalidades a serem consideradas.....	80
 CAPÍTULO 3 – GÊNEROS, CORPOS, SEXO E SEXUALIDADES.....	83
3.1. O movimento antigênero: controle político dos corpos.....	83
3.1.1. A relação da extrema direita com o movimento antigênero e a sexualidade	86
3.1.2. O patriarcado regula os papéis de gênero de homens e mulheres.....	89
3.1.3. O apagamento intencional dos diferentes.....	90
3.2. Feminismos da primeira e segunda onda: emancipação e teoria do gênero.....	92
3.2.1. Feminismo marxista.....	94
3.2.2. Feminismo negro: gênero, classe e raça.....	95
3.2.2.1. Reflexos legais do feminismo negro no Brasil.....	97
3.2.3. Outras evoluções legislativas impulsionadas por movimentos feministas.....	99

3.3. A terceira onda feminista: a evolução do sistema sexo-gênero e das subjetividades	101
3.3.1. Transfeminismo: gênero como dispositivo que produz corpos e sexo.....	101
3.3.2. STJ acolheu o transfeminismo na jurisprudência.....	104
3.4. Colonização: gêneros e corpos indígenas	105
3.5. Sexualidade, sexo e corpos para Michel Foucault	107
3.6. Sistema sexo, gênero e corpos de Judith Butler	108
3.7. Movimento Queer	109
3.8. Conceitos tirados da carta internacional de princípios da Yogyakarta (2006) adotados no judiciário brasileiro	110
3.8.1. Identidades de gêneros e conceito de sexo no judiciário brasileiro (STF e STJ)	112
3.8.2. Corpos cisgêneros, corpos trans e corpos intersexo	114
3.8.3. Orientação sexual	116
3.9. A carta internacional de princípios adicionais, obrigações estatais e recomendações como complemento aos princípios de Yogyakarta originais: Plus 10 (2017)	117
 PARTE ESPECIAL I: LGBTQIAPN+	
CAPÍTULO 4 – PESSOAS NÃO-BINÁRIES	123
4.1. Pessoas não-bináries, de gênero ‘neutro’, diverso, agênero ou outro na pós-modernidade	123
4.2. Gêneros em sociedades binárias: a herança pós-colonial	124
4.2.1. Descolonização dos gêneros em sociedades não-bináries	125
4.3. Pessoas não-binárias vistas em diferentes culturas antes da colonização europeia	127
4.4. Direito internacional – pessoas não-bináries – terceiro gênero na jurisprudência do tribunal constitucional alemão	132
4.5. Direito pátrio – pessoas não-bináries – tratamento no Brasil	134
4.5.1. Decisões judiciais de Tribunais brasileiros	135

4.6. Ensino sobre gêneros e sexualidades nas escolas: STF declara a inconstitucionalidade das leis locais municipais proibitivas.....	137
4.6.1. ADI 5668/STF (interpretação, conforme a Constituição, ao art. 2º, III, da Lei Federal n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação – para ensinar gênero e sexualidade nas escolas)....	139
4.6.2. A linguagem neutra para recepção de pessoas independentemente dos gêneros.....	141
CAPÍTULO 5 – TRANSGENERIDADE (TRANSEXUAIS E TRAVESTIS).....	143
5.1. Pessoas trans ou transgêneros(as).....	143
5.1.1. Transmasculinidades.....	148
5.1.1.1. Apaternidade trans: o pai pode engravidar, gestar, parir os próprios filhos e amamentar	149
5.1.2. Mulheres trans: mulheridades e feminilidades.....	151
5.1.2.1. Travestis.....	152
5.2. Crianças e adolescentes trans: a identidade se manifesta a partir dos 4 (quatro) anos	153
5.2.1. Bloqueadores hormonais em menores e hormonioterapia cruzada: a nova Resolução n. 2.427/2025 do CFM	154
5.2.2. Proibições de cirurgias para adolescentes trans.....	157
5.2.3. Participação de menores no Dia do Orgulho LGBTI+, 28 de junho.....	157
5.3. Pessoas transexuais	158
5.3.1. Primeira cirurgia de redesignação sexual no Brasil (afirmação de gênero).....	159
5.4. Evolução dos direitos trans.....	162
5.4.1. AADI 4275/STF: alteração de prenome e sexo nos registros civis sem a necessidade de realização de cirurgias de redesignação sexual	164
5.4.2. Registro civil: dos provimentos do CNJ que regulam a alteração do prenome	167
5.5. A transexualidade na classificação internacional de doenças (CID) da organização mundial de saúde (OMS)	169

5.6. Aspectos gerais da Resolução CFM n. 2265/2019 para adultos	169
5.6.1. Anexo IV: Protocolos Cirúrgicos	170
5.7. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – Portaria nº 2.836/2011 e o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) – Portaria nº 2.803/2013	172
5.8. Análise da ADPF 787/STF: Saúde Trans	172
5.9. Atletas trans e o esporte	174
5.10. <i>Drag queens</i> e <i>crossdressing</i>	176
 CAPÍTULO 6 – PESSOA INTERSEXO	177
6.1. Pessoas intersexo e endossexos	177
6.1.1. Cento e cinquenta variações intersexo	179
6.2. Hermafroditismo: um termo a ser evitado	180
6.3. ONU: campanha livres & iguais	182
6.3.1. Corporalidades: direito à diferença e cidadania sexual	183
6.4. Os equívocos da teoria da psiconeutralidade sexual em crianças	185
6.4.1. O caso dos gêmeos univitelinos da família Reimer	186
6.5. Garantias internacionais adicionais da carta de princípios de Yogyakarta (Plus 10) (2017) para pessoas intersexo	188
6.6. Recém-nascidos intersexo: cirurgias mutilatórias de “normalização”	190
6.6.1. As experiências emancipatórias de países internacionais	192
6.7. Integridade psicofísica das crianças e adolescentes intersexo no Brasil	193
6.7.1. Direito à existência de crianças e adolescentes intersexo	195
6.7.2. Declaração de Nascido Vivo (DNV) e o registro civil como atributos da identidade, nome e representação da pessoa intersexo	195
6.8. Resolução n. 1.664/2003 do Conselho Federal de Medicina	196
6.9. Registro de nascimento de bebês e crianças no provimento nº 122/21 do CNJ	199

6.10. O código nacional de normas da corregedoria nacional de justiça do conselho nacional de justiça – foro extrajudicial	200
6.11. A incompreensão da condição intersexo no esporte	202
 CAPÍTULO 7 – ORIENTAÇÕES SEXUAIS	205
7.1. O que é orientação sexual?	205
7.2. Heteronormatividade.....	207
7.3. A cidadania sexual.....	207
7.4. Homossexualidade masculina: achados históricos.....	208
7.4.1. Doação de sangue por Homossexuais e Bissexuais Ativos: a <i>ratio decidendi</i> da ADI n. 5543/STF	210
7.4.2. Lei estadual mineira n. 23.654/2020	213
7.5. Lesbianidade e as práticas afetivo-sexuais entre mulheres.....	213
7.5.1. Tema 1072/ STF – a licença parental para casais homoafetivos de mulheres	214
7.5.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 20/DF).....	215
7.6. Despatologização da homossexualidade	217
7.7. Bissexuais.....	218
7.8. Espécies de Atração	219
7.8.1. Assexuais.....	220
7.8.2. Arromânticos.....	220
7.8.3. Pansexualidade	220
7.8.4. Demissexuais	221

PARTE ESPECIAL II: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO EM FACE DE PESSOAS LGBTI+, DE MULHERES E MENINAS CISGÊNERAS

 CAPÍTULO 8 – A VIOLÊNCIA DE GÊNERO LGBTQIAPN+	225
8.1. Retrato da violência homotransfóbica.....	225
8.2. Expectativa de vidas trans.....	230
8.2.1. Feminicídios trans	231

8.3. Mulheres trans merecem a proteção da Lei 11.340/06: o entendimento do STJ.....	232
8.4. Mandado de injunção (MI) n. 7452: o STF reconheceu a mora legislativa para aplicar a Lei Maria da Penha às pessoas transfemininas.....	234
8.4.1. Mandado de Injunção (MI) n. 7452: foi estendida a proteção da Lei Maria da Penha para homens gayse bissexuais em relações homoafetivas.....	236
8.5. Mulheres lésbicas podem ser vítimas e agressoras na Lei n. 11.340/06.....	238
8.6. Vulnerabilidade das pessoas de gênero neutro na Lei Maria da Penha.....	240
8.7. Crianças e adolescentes LGBTQIAPN+: abuso do poder familiar por homotransfobia.....	241
8.8. ADO 26/STF: homotransfobia como crime de racismo da Lei 7.716/89.....	243
8.8.1. Injúria racial e racismo	246
8.8.2. Lei Estadual n. 10.948/2001 de São Paulo.....	247
8.9. <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i> nos ambientes escolares.....	247
8.10. Responsabilidade civil dos empregadores por atos homofóbicos dos empregados e prepostos por ocasião do trabalho.....	249
8.11. Comissões de direito da diversidade sexual e identidade de gênero do Ministério Público do Espírito Santo (MPES).....	250
 CAPÍTULO 9 – A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES E MENINAS CISGÊNERAS	253
9.1. Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/06	253
9.1.1. A menos-valia da mulher	254
9.1.2. Políticas públicas de amparo à mulher	255
9.2. Pressupostos da Violência de gênero doméstica e familiar	256
9.3. Tipos de violência de gênero	259
9.4. Tutelas protetivas de urgência	266
9.5. Autoridade policial	270

9.6. Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher (JVDFM)	271
9.7. Guarda unilateral em caso de violência doméstica e a violência vicária	272
9.8. A perda do poder familiar em caso de violência doméstica.....	275

PARTE FINAL:DISCRIMINAÇÕES POSITIVAS PELOS PROTOCOLOS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E ANTIDISCRIMINATÓRIA

CAPÍTULO 10 – Protocolos para Julgamento com Perspectivas de Gênero e Antidiscriminatória	279
10.1. Uma nova cultura jurídica: a perspectiva de gênero.....	279
10.1.1. A necessidade de reformulação do ensino jurídico e preparação para concursos públicos.....	282
10.2. CNJ: o que é o Protocolo para julgamento com Perspectiva de Gênero?.....	283
10.3. Força vinculante: Resolução nº 492/2023 do CNJ.....	286
10.4. Etapas de compreensão do Protocolo	287
10.5. Mulheres e Interseccionalidades do protocolo	288
10.6. Como julgar pelas lentes da igualdade substancial na perspectiva de gênero	290
10.7. Protocolo para julgamento com perspectiva racial.....	292
10.8. ENAMAT, TST E CSJT: três protocolos para julgamento antidiscriminatório da Justiça do Trabalho.....	294
Referências Bibliográficas	297